

Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista - comentário em comemoração  
ao sesquicentenário da publicação de *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*

Armando Boito Jr.\*

O trabalho teórico de Marx opera, na análise econômica, social e política, com a distinção entre, de um lado, uma realidade aparente ou superficial e, de outro lado, uma realidade essencial ou profunda. É sabido que essa distinção não é exclusiva do marxismo. Ela é, em suas diversas modalidades, milenar na história da filosofia e na história da ciência. Contudo, apenas as concepções que apresentam a realidade superficial como um véu que desempenha uma função particular, qual seja, a função de ocultar a realidade profunda, apenas essas encontram-se num terreno próximo ao do marxismo.

É muito conhecido e comentado o modo como tal distinção opera no início do volume 1 de *O Capital*, mais exatamente na passagem da segunda seção (*A transformação do dinheiro em capital*) para a terceira seção (*A produção da mais-valia absoluta*). Analisando as relações entre o operário e o capitalista como relações entre vendedor e comprador de mercadoria, Marx começa pela realidade superficial e enganosa do mercado, realidade econômica regulada pelo direito burguês. Nesse plano, os proprietários de mercadorias, inclusive o trabalhador que vende a sua força de trabalho, aparecem, todos, como homens livres, iguais e trocando equivalentes. A seguir, Marx introduz a realidade do processo de produção capitalista e, nesse momento, a exploração de classe desfaz a liberdade, a igualdade e a troca de equivalentes. Observa-se, então, que o trabalhador, longe de usufruir da liberdade de ir e vir, está prisioneiro no interior da unidade produtiva, seu tempo e seus passos são controlados, ele, longe de ser tratado como um igual, é o

---

\* Professor do Departamento Ciência Política da Unicamp

subalterno que deve obediência ao capitalista e a seu preposto, e a utilização de sua força de trabalho, ao invés de agregar apenas um valor correspondente ao que lhe foi pago a título de salário, gera um valor excedente que é apropriado pelo capitalista. O trabalhador assalariado é, de fato, juridicamente livre, o que o distingue do escravo e do servo. A proclamação de liberdade é, como diria Althusser, uma *alusão* à realidade. Mas, essa mesma proclamação é, também e principalmente, uma *ilusão*, na medida em que oculta a relação de exploração e de dominação de classe. Trata-se, então, de uma *ilusão ideológica*, porque desorganiza a classe operária e interessa à classe capitalista. É a análise científica que pode desvelar a realidade profunda encoberta pela realidade aparente. O observador que se ativer, como o economista vulgar, à esfera da circulação, produzirá idéias superficiais e mistificadoras.

Essa distinção geral, que está presente no conjunto da obra de maturidade de Marx, opera de um modo importante, e talvez não suficientemente destacado e desenvolvido, na sua análise da cena política nas sociedades capitalistas. Na verdade, até a década de 1970, os dirigentes e intelectuais da escola comunista e, em menor medida, da escola socialdemocrata, tinham o cuidado de distinguir, na cena política das sociedades capitalistas, o mundo das aparências, onde cada contendor proclama seus nobres princípios e seus pretensos valores universais, do mundo profano dos interesses econômicos e políticos, onde valores e interesses se trocam uns pelos outros – não porque ninguém tenha princípios, mas porque todos os princípios estão vinculados a interesses. Entretanto, ao longo das últimas décadas, com a crise e declínio dos antigos movimentos socialista e comunista, a concepção burguesa, vulgar, da cena política nas sociedades capitalistas, essa /concepção disseminou-se amplamente, sendo contrabandeada, inclusive, para o campo dos intelectuais socialistas. Hoje, no mais das vezes, considera-se desnecessário ou

improcedente o esforço intelectual para detectar os interesses de classe que se ocultam atrás das correntes e partidos políticos que disputam o poder. Numa conjuntura como essa, vale a pena, então, retomar a questão.

A conhecida obra de Marx *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, obra cuja publicação está completando 150 anos, dá um tratamento pioneiro e exemplar a essa matéria<sup>\*\*</sup>. Essa obra encerra uma fase do colossal trabalho de Marx de fundação da análise científica da política e, particularmente, da análise da política nas sociedades capitalistas – a fase iniciada com a ruptura teórica de *A ideologia Alemã* e encerrada com o balanço político da experiência das revoluções de 1848. Utilizemos, então, esse sesquicentenário para tirarmos algumas lições.

#### A cena política dissimula os interesses e conflitos de classes

Em *O Dezoito Brumário* e também no *Lutas de classes na França*, livro que o antecedeu e lhe serviu de base, Marx concebe a *cena política* nas sociedades capitalistas, que é o espaço de luta entre partidos e organizações políticas, como uma espécie de superestrutura da luta de *classes e de frações de classe*, que formam aquilo que poderíamos denominar a base sócio-econômica da cena política. A cena política é uma realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos interesses e dos conflitos de classes. Podemos conceber, aqui, uma diferença com a cena política e as instituições representativas nas sociedades pré-capitalistas. O Senado Romano ou os Estados Gerais da França medieval são, como parlamentos pré-capitalistas, e seguindo as características escravista e feudal do Estado romano e do Estado francês, instituições particularistas cujos vínculos sociais são

---

<sup>\*\*</sup> Foi Danilo Martuscelli quem me chamou atenção para o sesquicentenário da publicação do *Dezoito Brumário*, o que me estimulou a produzir este texto.

evidentes por si só. No Senado Romano, antes da criação da figura do tribuno, só entram os patrícios e nos Estados Gerais franceses só os homens livres têm assento. Mas as características da cena política na sociedade capitalista decorrem das características gerais do Estado capitalista e, desse modo, a aparência universalista desse Estado, fruto do direito igualitário e da burocracia profissional formalmente aberta a todas as classes, essa aparência contamina todos os partidos políticos burgueses e pequeno-burgueses e todas as correntes de opinião. A sociedade burguesa é uma sociedade anônima e os seus partidos políticos devem manter esse anonimato de classe. Para esclarecermos essa idéia e, ao mesmo tempo, fazermos uma referência crítica ao conceito gramsciano de sociedade civil, diríamos que as figuras básicas da ideologia da sociedade civil são produzidas e difundidas pelo próprio aparelho repressivo do Estado (pelo direito e pela burocracia).

Pois bem, os partidos burgueses e pequeno-burgueses não anunciam abertamente os interesses que representam e organizam. Na verdade, eles representam e, ao mesmo tempo, dissimulam interesses de classe. As idéias, valores e programas desses partidos cumprem a dupla função de organizar seus representados e iludir a classe operária. Veremos, no final deste comentário, que é outra (e deve ser outra) a relação dos partidos operários com a classe que representam. Por ora, contudo, o que interessa destacar é que a análise política marxista das sociedades capitalistas só começa quando, e somente quando, o analista evidenciar os laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe. Praticar análise política designando os agentes presentes na cena política pelos nomes e objetivos que eles próprios se dão é permanecer na superfície

enganosa do fenômeno e muitos marxistas incorrem nesse erro, típico da ciência política vulgar (<sup>1</sup>).

No espaço desse breve comentário, não é possível analisar todas as múltiplas relações entre, de um lado, os partidos e agrupamentos presentes na cena política francesa de meados do século XIX e, de outro lado, os interesses das diferentes classes (burguesia, classe operária, pequena burguesia e campesinato), frações de classe (indústria, finanças, agricultura etc.) e camadas sociais (o lumpemproletariado), tal qual essas relações são pensadas, com riqueza de detalhes, nas obras *O Dezoito Brumário* e *Luta de classes na França*. Por isso, vale a pena apresentar, de saída, um quadro geral e esquemático dessas relações. Ele poderá servir de referência para o leitor e para nossa argumentação (<sup>2</sup>).

---

<sup>1</sup> Nem vale a pena se referir aqui às análises que se restringem aos nomes dos políticos profissionais ou às suas siglas partidárias. Mas lembremos que mesmo aqueles analistas que tentam dar um passo à frente, caracterizando correntes de opinião e escolas de pensamento, procedimento tão comum no pensamento de esquerda brasileiro, mesmo os que procedem assim são vítimas dessa realidade superficial e enganosa. Imaginam que as lutas políticas opõem, pura e simplesmente, a esquerda à direita, os progressistas aos conservadores, os desenvolvimentistas aos liberais, os nacionalistas aos entreguistas e assim por diante. *Nunca se perguntam que interesses de classe ou fração tais correntes representam e porque.*

<sup>2</sup> Há uma análise ampla e detalhada das relações entre classes e partidos na obra *O Dezoito Brumário* no livro de Nicos Poulantzas *Pouvoir Politique et Classes Sociales* - Paris, François Maspero, 1968.

LUTA DE CLASSES E CENA POLÍTICA,

FRANÇA (1848 – 1851)

CLASSES, FRAÇÕES E CAMADAS SOCIAIS	PARTIDOS E TENDÊNCIAS	EVIDÊNCIAS DA RELAÇÃO DO PARTIDO COM A CLASSE OU FRAÇÃO	GRUPO PAR- LAMENTAR	PLATAFORMA POLÍTICA
- proletariado	Blanqui, Cabet, Raspail, Blanc, Albert, Barbés, ala esquerda da Social- democracia	Republicanismo radical, criação das Oficinas Nacionais e do Ministério do Trabalho e ação insurrecional.	Ala esquerda da Nova Montanha	República Social
Pequena burguesia	Social- democracia	Conciliação, triumfalismo e hesitações	Montanha	República Democrática
-Burguesia republicana	Republicanos Puros	Ideologia republicana e composição social	Republicanos Puros	República Parlamentar
Grande burguesia	Monarquistas orleanistas	A política da monarquia	Orleanistas, Partido da	Defesa doutrinária da

financeira, industrial e comercial	(Conde de Paris, Luis Felipe d'Orleans)	constitucional dos Orleans, em 1830-1848.	Ordem	monarquia, aceitação prática da República
Burguesia agrária e proprietários de terra em geral	Monarquistas legitimistas (Conde de Chambord, pretensão Henrique V)	A tradição e a política da monarquia dos Bourbons entre 1815 e 1830.	Legitimistas, Partido da Ordem	Defesa doutrinária da monarquia, aceitação prática da República
Campesinato conservador, lumpem e exército	Bonapartistas, Sociedade 10 de Dezembro	Tradição, eleições e regime político bonapartista	Bonapartistas, Partido da Ordem	Restauração do Império

Fontes: Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luis bonaparte* e *As Lutas de Classes na França (1848 – 1850)*

No quadro acima, a terceira coluna apresenta o que seriam, para Marx, as provas da relação de representação existente entre, de um lado, determinados partidos políticos, grupos parlamentares, associações e correntes de opinião e, de outro lado, certos interesses de classe, de fração de classe e de camadas sociais. Observando essa terceira coluna, vê-se que, para detectar as relações de representação de interesses, Marx opera em dois planos. Num plano objetivo, procura estabelecer correspondências entre, de um lado, os programas e as práticas dos partidos políticos e, de outro lado, os interesses potenciais ou efetivos de classes e frações; num plano subjetivo, procura detectar a existência de identificação entre os partidos, de um lado, e determinadas classes e frações, de outro. Ele pensa, aliás, dois tipos de identificação (subjetiva). O campesinato identifica-se com Bonaparte porque vê nele a possibilidade de restauração de um passado mítico e, em conseqüência, vota nele; a Montanha representa a pequena burguesia porque suas hesitações e bravatas correspondem à situação de classe intermediária da pequena burguesia, dilacerada entre as duas classes antagônicas. Feitas essas observações, passemos ao ponto que nos interessa.

Marx se serve amplamente da metáfora teatral em seu texto, como já destacaram diversos comentadores: drama, comédia, tragédia, ato, entreato, personagem, cena, proscênio etc. Metáforas são, muitas vezes, o indicador da existência de idéias e conceitos de uma teoria nova, que não cabem nas noções e na terminologia tradicionais. Tais figuras pecam pela imprecisão, mas ajudam a avançar mais rápido no território selvagem de uma nova ciência. As metáforas de *O Dezoito Brumário* indicam, a todo momento, que a cena política das sociedades capitalistas deve ser pensada por referência a algo que se encontra fora dela. Polemizando com a visão que os democratas possuíam da Revolução de 48 na França e das lutas subseqüentes, Marx procura *desmistificar* os conflitos entre republicanos

e monarquistas e, no campo dos monarquistas, entre os monarquistas legitimistas e os orleanistas – ver o Capítulo III do *Dezoito Brumário*. Nesses dois casos, as lutas, tal qual se apresentam na cena política, dividindo republicanos e monarquistas e subdividindo esses entre legitimistas e orleanistas, essas lutas entre partidos e correntes de opinião, embora existam, sejam reais, elas, ao mesmo tempo, ocultam uma realidade mais profunda, que é a realidade da luta entre classes e frações de classe. Marx anuncia, com a simplicidade dos clássicos, essa sua descoberta científica e revolucionária nos seguintes termos:

“Antes de prosseguirmos com a história parlamentar dessa época, devemos fazer aqui algumas observações para evitar as *ilusões* correntes sobre o caráter do período que estudamos. Observando as coisas do ponto de vista dos democratas, tratar-se-ia, tanto no período da Assembléia Legislativa quanto no da Assembléia Constituinte, de uma mera luta entre republicanos e monarquistas. (...) Mas, se examinamos mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa *aparência superficial* que *dissimula a luta de classes* e a fisionomia particular desse período.”<sup>(3)</sup>”.

O trabalho de análise da cena política nas sociedades capitalistas é um trabalho de desmascaramento. A argumentação de Marx para desfazer a dissimulação é clara. Os monarquistas aceitaram a República, enquanto essa se revelou adequada para a dominação burguesa. Marx diz: “agem como burgueses, e não como monarquistas” ou “como representantes do regime burguês, não como paladinos de princesas errantes”.

---

<sup>3</sup> Karl Marx, *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*, Paris, Editions Sociales, coleção Classiques du Marxisme, 1976, pp. 46-47. (Tradução e grifos meus, ABJ.)

Acrescentaríamos: agem como classe, não como corrente de opinião. Os monarquistas falam muito em restauração da monarquia, mas postergam *sine die* a restauração monárquica. Marx desce aos detalhes da crônica política na sua argumentação. Destaca que, cada vez que os parlamentares legitimistas e orleanistas visitavam os membros de suas respectivas dinastias, os Bourbon e os Orleans, esses externavam o sentimento de que eram traídos por aqueles que deveriam lutar pela restauração do trono.

Vejamos agora quanto valiam os grandes princípios republicanos. Marx destaca que os denominados “republicanos puros” uniram-se aos monarquistas para sufocar a insurreição operária de junho de 1848 e também para sufocar a insurreição pequeno-burguesa de junho de 1849. Ora, se a luta entre republicanos e monarquistas dividisse a política francesa, tal aliança seria inconcebível. Essa prática política, lembra Marx, mostra que havia, para os republicanos, um “valor” maior que a República a ser preservado, valor que na verdade só era valor no sentido financeiro do termo. Diz Marx:

“ (...) (a insurreição operária de junho de 1848) havia mostrado, ao mesmo tempo, que na Europa se colocavam outros problemas além daquele da república ou da monarquia.” (Karl Marx, *Le 18 Brumaire...*, *op. cit.*, p. 25).

Portanto, a alternativa república ou monarquia é, em primeiro lugar, limitada. Em segundo lugar, a insurreição pequeno-burguesa de junho de 1849 era republicana e, no entanto, os denominados republicanos puros uniram-se aos monarquistas contra ela. Fazendo um balanço: se monarquistas aceitam a república, se republicanos aliados a monarquistas lutam contra republicanos, se a revolta operária e popular vai além da alternativa república versus monarquia, a divisão entre republicanos e monarquistas deve

ser repensada e remetida, segundo sustenta Marx, à sua base de classe. Os monarquistas burgueses podem se unir aos republicanos burgueses para derrotar os republicanos pequeno-burgueses, porque os dois primeiros são burgueses e esses últimos são pequenos burgueses, isto é, porque uns e outros se guiam de acordo com sua posição de classe. A ação desses partidos e correntes de opinião demonstrou que o fundamental para eles era o interesse de classe e não a doutrina política e o compromisso abstrato com esta ou aquela forma de Estado (monarquia ou república). Esse trabalho de desmascaramento não é uma imputação arbitrária, mas, sim, uma conclusão decorrente da análise do discurso e da prática dos partidos políticos.

**A cena política representa e articula  
os interesses e conflitos de classe**

É interessante acompanhar ainda o desvelamento do conflito no interior do campo monárquico, conflito que opunha legitimistas e orleanistas, porque nesse caso Marx indica que os personagens acreditam em sua própria fantasia. A relação entre aparência e essência não é pensada por Marx como uma relação simples entre a mentira e a verdade. A aparência faz parte da realidade, tem a sua “espessura” própria.

Na análise de Marx, cada uma dessas correntes representa uma fração das classes dominantes. Defendem interesses econômicos concorrentes e não o direito que esta ou aquela dinastia teria de ocupar o trono. Os legitimistas representam os interesses da propriedade da terra e os orleanistas, os interesses do capital (financeiro, comercial e

industrial). Carlos X, monarca Bourbon (1824-1830), o ramo defendido pelos legitimistas, radicalizara durante o seu reinado a política conhecida como de restauração, em defesa dos interesses dos grandes proprietários de terra – indenização da aristocracia emigrada pelas perdas provocadas pela Revolução, supressão do direito de voto dos comerciantes e industriais, supressão da liberdade de imprensa. Os orleanistas foram oposição a Carlos X e, quando assumiram o poder graças à Revolução de Julho de 1830, colocaram Luis Felipe Iº no trono e governaram em nome da burguesia – implantaram uma reforma eleitoral ampla o suficiente para integrar a burguesia ao corpo de eleitores da câmara dos deputados, mas suficientemente restrita para manter as profissões liberais, os pequenos burgueses, os camponeses e os operários excluídos do sistema eleitoral, suprimiram a hereditariedade dos postos na câmara aristocrática (*Chambre des Pairs*) e a prerrogativa real de emitir *ordonnances* (decretos-lei). Seguramente, são indícios como esses que Marx tem em mente quando afirma que no reinado de Carlos X, a propriedade rural era a força “hegemônica” no Estado, enquanto que no reinado de Luis Felipe Iº, tal posição seria ocupada pela burguesia.

Entretanto, o apego a uma ou a outra casa dinástica não é concebido por Marx como um mero despiste manipulado pelos parlamentares monarquistas. Tal apego funciona, de fato, como elemento de coesão para cada uma das facções rivais. Cada dinastia, na verdade, organiza uma fração da classe dominante. Tais frações existem como frações diferenciadas também graças à atuação política das famílias reais. Para ilustrar, vale a pena fazermos outra longa citação. Nesse trecho Marx parte da realidade superficial do conflito dinástico, aponta o conflito entre frações burguesas que se oculta num plano mais profundo e, finalmente, retorna ao conflito superficial para indicar que ele também faz parte da realidade.

“Os legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flôres-de-lis e a bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons e a Casa de Orleans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons [1815-1830, ABJ], governara a **grande propriedade territorial**, com seus padres e lacaios; sob os Orleans [1830-1848, ABJ], a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o **capital**, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A Monarquia Legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a Monarquia de Julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real – quem o nega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. (...) O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta.”<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, in Karl Marx e Friedrich Engels,

A respeito dessa dialética entre realidade superficial e realidade profunda, é ilustrativa a análise feita por Marx das tentativas empreendidas por diversos parlamentares legitimistas e orleanistas para unificar as duas casas dinásticas, isto é, para unir os monarquistas em torno de um só pretendente ao trono a ser restaurado. Eles fracassaram, na avaliação de Marx, porque o problema era mais complicado que simplesmente convencer este ou aquele pretendente ao trono a abdicar em favor do outro. O fundo do problema seria a impossibilidade de conciliar o capital com a propriedade da terra. Ou seja, muitos parlamentares monarquistas acreditam de fato que são apenas as pretensões familiares de duas dinastias rivais que os dividiriam. Mas a dinâmica do jogo de interesses, cuja natureza profunda pode escapar à consciência dos próprios agentes envolvidos, a dinâmica desse jogo impõe-se a essa crença. A realidade superficial faz sim parte da realidade, mas está subordinada à realidade profunda, independentemente da consciência dos parlamentares.

“Os diplomatas do partido da ordem pensavam que podiam solucionar a contenda [sobre o direito de sucessão, ABJ] através do amálgama das duas dinastias, por meio de uma suposta fusão dos partidos monarquistas e de suas casas reais. (...) Era a pedra filosofal que os doutores do partido da ordem quebravam a cabeça para descobrir. Como se a monarquia legitimista pudesse converter-se na monarquia da burguesia industrial e a monarquia burguesa converter-se na monarquia da tradicional aristocracia da terra. Como se o latifúndio e a indústria pudessem irmanar-se sob uma só coroa, quando a coroa

---

*Obras Escolhidas*, volume 1, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, s/d, p. 224. (Os grifos são do original do original.)

só podia descer sobre uma cabeça (...). Se Henrique V morresse no dia seguinte, o conde de Paris não se tornaria por isso rei dos legitimistas, a menos que deixasse de ser rei dos orleanistas. Os filósofos da fusão, entretanto, (...) consideravam que toda a dificuldade provinha da oposição e rivalidade entre as duas dinastias. (...) Os adeptos da fusão percebem tarde demais que os interesses das duas facções burguesas não perdem seu exclusivismo, nem adquirem maleabilidade, quando acentuados na forma de interesse de família, interesses de duas casas reais.”<sup>(5)</sup>

Os “diplomatas” dos legitimistas e dos orleanistas, aqueles parlamentares que realizavam missões entre uma e outra casa dinástica como mensageiros e artífices da fusão, desconheciam, segundo a análise de Marx, os interesses econômicos de fração de classe que os separava. Os representantes não tinham consciência clara dos interesses que representavam. Os parlamentares monarquistas que defendiam a proposta de fusão das duas dinastias julgavam que eram apenas valores, relações pessoais, costumes e símbolos que distinguiram as duas correntes monarquistas. Por ignorar a base material do conflito no qual estavam envolvidos, foi que esses indivíduos propuseram a fusão dos partidos monárquicos. Contudo, na análise de Marx em *O Dezoito Brumário*, a dinâmica do interesse econômico de fração acaba “corrigindo” a ação dos parlamentares partidários da fusão das casas dinásticas.

A determinação da cena política pelos interesses e conflitos de classe e de fração de classe aparece também nas mudanças que ocorrem no processo político. Os partidos,

---

<sup>5</sup>Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, in Karl Marx e Friedrich Engels, op. cit., p. 261.

organizações e correntes de opinião que ignoram os interesses de classe ou de fração que representam, seja por abandonarem antigas posições políticas sem que a situação o justifique, seja por permanecerem aferrados a antigas posições num momento de mudança que atinge sua base social, tais partidos e organizações podem ser condenados ao declínio e ao desaparecimento – o que de fato ocorreu em 1851, quando a massa da classe burguesa abandonou os republicanos, os legitimistas e os orleanistas, bem como o parlamento que essas correntes burguesas controlavam, e passou a apoiar a solução ditatorial para a crise política, que era a solução representada por Luis Bonaparte – processo que Marx analisa no capítulo VI de *O Dezoito Brumário*.

### **Cena política:**

#### **marxismo, liberalismo e teoria das elites**

O desvelamento da cena política nas sociedades capitalistas é um procedimento metodológico próprio do marxismo, mas somente se tal desvelamento evidenciar os interesses de classe e de fração de classe que estão na base das lutas partidárias e de idéias.

Os pensadores liberais concebem a cena política como algo transparente. Pensemos no caso de John Stuart Mill. Para esse clássico do liberalismo, os partidos e correntes de opinião que aparecem na cena política são, de fato, o que dizem ser, não representando nada de oculto ou dissimulado. Através do debate e do voto, o eleitor, indivíduo racional, escolhe, na vitrine transparente que é a cena política, a corrente que melhor se adapta aos

seus valores e objetivos (<sup>6</sup>). Temos, então, a luta entre conservadores e reformistas, liberais e autoritários, monarquistas e republicanos etc., etc. Cada uma dessas correntes congregam indivíduos livres e racionais, partidários, por mera escolha e convicção pessoal, dos valores que as caracterizam como correntes de opinião. A cena política é o espaço da disputa entre correntes ou projetos e é só.

É muito instrutivo e oportuno para a nossa discussão comparar a análise feita por Marx da cena política francesa em 1848-1851 com a análise de Alexis de Tocqueville. Tocqueville é um liberal conservador, foi deputado monarquista na Assembléia Nacional francesa, e nos legou a sua análise da Revolução de 1848 na conhecida obra *Souvenirs* (<sup>7</sup>). Tocqueville, tal qual os grandes historiadores liberais da Revolução Francesa, opera com o conceito de classe e luta de classes. Tais conceitos, como se sabe não são apanágio do marxismo. Para esse pensador liberal, as Jornadas de Julho de 1830, quando foi deposto Carlos X, foram uma revolução da burguesia em luta contra a aristocracia e a Revolução de 1848 foi uma revolução “(...) das classes que trabalham com as mãos.” (<sup>8</sup>). Contudo, na análise de Tocqueville, as classes e a luta de classes não aparecem de modo orgânico na cena política. Nessa esfera, desfilam as correntes de opinião: os “conservadores”, os “radicais”, a “oposição dinástica”, a “oposição republicana”, a “oposição moderada”, o “centro-esquerda”, a “esquerda”, a “coroa”, e, ao fundo, o ruído disforme das ruas – a “canalha”, a “turba”, o “populacho”, as “classes que trabalham com as mãos”. Para o liberal, pode haver luta de classes, mas a cena política não é parte integrante desse conflito.

---

<sup>6</sup> Basta ver as idéias desenvolvidas por John Stuart Mill em *Considerações Sobre o Governo Representativo*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, Coleção Pensamento Político.

<sup>7</sup> Utilizo a tradução brasileira feita por Modesto Florenzano. Ver Alexis de Tocqueville, *Lembranças de 1848, as jornadas revolucionárias em Paris*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

<sup>8</sup> Op. cit., p. 91.

Já os partidários da teoria das elites invertem os sinais da concepção liberal da cena política. Apresentam-se como pensadores realistas e como críticos mordazes da concepção liberal, que seria idealista e ingênua. Eliminam o indivíduo racional e a política transparente e introduzem a massa irracional e a cena política sempre opaca. Numa democracia, as propostas políticas e os programas dos partidos, longe de defender os valores, idéias e objetivos proclamados, seriam meros signos, manipulados pelos políticos profissionais, com o único objetivo de angariar voto do eleitorado. As elites disputam entre si o voto do homem comum e fazem dos programas partidários um instrumento de manipulação da massa. O eleitorado, para os partidários da teoria das elites, não age racionalmente e sequer tem condições intelectuais de se apropriar das informações necessárias para tomar uma posição racionalmente fundamentada em matéria política (<sup>9</sup>).

Marx, como deve ter ficado claro na análise de *O Dezoito Brumário*, difere tanto da concepção liberal quanto da elitista. Tal qual os partidários da teoria das elites, Marx rejeita a concepção liberal. Considera a cena política uma realidade superficial e enganosa e tampouco avalia que os indivíduos ajam de modo livre e consciente. Por isso, a filiação direta e mecânica da obra de Marx à filosofia iluminista seria, segundo nos parece, problemática. Porém, a concepção de Marx é distinta também da concepção dos elitistas. A opacidade da cena política remete à dissimulação e representação dos interesses de classe, não se circunscrevendo, portanto, ao universo dos interesses dos políticos profissionais – uma “classe política” ou uma “elite” dotada de interesses próprios e exclusivos. Os

---

<sup>9</sup> Essa é a tese desenvolvida por Schumpeter na sua conhecida obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, na qual ele critica a concepção liberal da política. Esclareço que Stuart Mill, quando analisa o comportamento dos trabalhadores manuais no livro que citamos na nota anterior, acaba introduzindo, pela porta dos fundos de seu sistema, essa mesma noção elitista de massa irracional. Tal desvio doutrinário, contudo, não compromete o caráter essencialmente liberal da obra *Considerações sobre o governo representativo*.

indivíduos estão determinados por sua situação de classe e de fração. Fazem escolhas, mas essas escolhas também refletem interesses e condições que, no mais das vezes, eles próprios ignoram. Uma prática não transparente, ao contrário do que pretendem os liberais, mas na qual os indivíduos, seguindo seus “instintos de classe”, podem, ao contrário do que pretendem os elitistas, acabar se situando de “modo racional”. O partido representa interesses que estão fora dele, fora da cena política, enraizados na produção social. Mas, de um lado, os membros desse partido, que são os representantes, e, de outro lado, os indivíduos que integram as classes sociais, que são os representados, todos podem ignorar as razões profundas dessa relação de representação. Nem liberal, nem elitista, a concepção de Marx de representação política e de cena política é um produto sofisticado e, é importante indicar, revolucionário.

Dizemos revolucionário, porque, para Marx, os critérios para analisar a cena política não são os mesmos que se deve utilizar na análise dos partidos operários. A opacidade da cena política pode ser superada, ao contrário do que apregoam os partidários da teoria das elites. Os partidos do proletariado, para representarem os interesses dessa classe, necessitam fazê-lo abertamente. A sua relação de representação exclui qualquer relação de dissimulação. Ao proceder assim, os partidos operários lançam uma luz nova sobre o conjunto da cena política. Fazem com que cada partido apareça, aos olhos do operariado organizado, como aquilo que ele realmente é, a despeito do trabalho da ideologia que encobre os interesses profundos de cada partido e de cada corrente política burguesa e pequeno-burguesa. No episódio memorável e pioneiro da Comuna de Paris de 1871, o Comitê Central da Guarda Nacional, eleito pelo operariado, ao organizar a insurreição de 18 de março e tomar o poder, proclamou abertamente que o fazia em nome de uma classe

social - “em nome do proletariado de Paris”. Isso é dizer tudo - sobre si próprio e sobre todos os demais.